

DISCURSO DE ABERTURA DO V COLÓQUIO DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS BRASILEIROS

(19 DE OUTUBRO DE 2011)

OPENING SPEECH OF THE 5TH SYMPOSIUM OF
THE BRAZILIAN HISTORICAL INSTITUTES
(OCTOBER 19, 2011)

Arno Wehling¹

No momento em que abrimos o V Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro faz uma saudação especial aos presidentes e representantes dos Institutos Históricos estaduais. Sua presença em mais este encontro sinaliza a importância de que se reveste a aproximação que vimos desenvolvendo desde 1998. É de ressaltar também a presença entre nós, pela primeira vez, da Academia Portuguesa da História, hoje representada por sua presidente, Dra. Manuela Mendonça.

É com satisfação que constatamos a adesão maciça e a consequente participação, por seus presidentes ou representantes, de todos os institutos históricos estaduais existentes no país.

¹ Doutor em História pela Universidade de São Paulo (1972), livre docência em História Ibérica (USP, 1980) e pós-doutor em História nas Universidades do Porto e Portucalense. Professor titular aposentado da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor titular da Universidade Gama Filho e professor visitante da Universidade de Lisboa, conselheiro do IPHAN/ Ministério da Cultura e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Quando nos reunimos no I Colóquio, no ano de 1998, a principal expectativa, preâmbulo indispensável das demais, era a do entrosamento entre nossas instituições, para que da troca de experiências tão diversas resultassem discussões e reflexões que nos permitissem ações conjugadas e complementares em prol de nossas instituições.

Desse primeiro encontro saiu a *Carta do Rio de Janeiro*, um documento subscrito por todos os participantes que sublinhou, entre outros aspectos, a necessidade de que tanto o governo federal quanto os governos estaduais ouvissem nossas instituições para a formulação das respectivas políticas culturais. Em alguns casos fomos atendidos, em outros não, mas o movimento se iniciou e os espaços institucionais começaram a ser ocupados.

Os colóquios posteriores foram consolidando esse processo e gerando também sucedâneos, como os colóquios estaduais realizados por iniciativa de institutos do Nordeste e pelo de Santa Catarina, iniciativas que devem ser mantidas e estimuladas, não obstante a existência de eventuais óbices de natureza material.

O próprio número de institutos estaduais deve crescer, pois há estados que ainda não possuem uma entidade dessa natureza, como Tocantins, Amapá e Roraima. Uma gestão inicial já foi feita pelo IHGB, mas a conjugação de esforços, inclusive com a atuação dos Institutos estaduais mais próximos deve torná-los realidade.

Já entramos assim, senhores presidentes e representantes, no segundo ponto dessa palavra, que é matéria comum a todas as nossas exposições, a ponte entre o que fizemos de nosso último colóquio a esta parte e o que pretendemos fazer daqui por diante.

Ambos os momentos, o que foi e o que será, têm como elemento comum as políticas traçadas em função de diretrizes enunciadas e aperfeiçoadas ao longo do processo. Uma preocupação que temos tido, em nossa diretoria, é a de planejar nossos passos considerando conjuntos e não dá-los de maneira isolada e espasmódica. Isso não significa recusa ao inesperado, se ele representa boa oportunidade para a Casa, mas significa sim seu enquadramento em alguma das políticas já formuladas, ou até a revisão destas, se necessário.

Desse modo, há alguns vetores que sintetizam os diferentes ramos de nossas atividades, e sobre cada um deles valem pequenas observações que, baseadas na experiência do que foi e no desejo do que aspiramos ser, podem encaminhar nossas reflexões.

O IHGB, traduzindo diretrizes em políticas, privilegia as relações com seus congêneres estaduais e municipais e com as entidades semelhantes de outros países; a convivência acadêmica de seus membros;

a produção e a divulgação de conhecimentos na área de estudos brasileiros; a consolidação e expansão de seu acervo; a atuação na área do patrimônio cultural.

Privilegia. O que queremos dizer exatamente com isso? Em correta etimologia, privilegiamos algo quando damos a isso um estatuto próprio, distinto daquele que admitimos para outros aspectos que são comuns. A *privis legis* no Antigo Regime dava um recorte jurídico específico e diferenciado a alguém ou a alguma instituição, tornando-o um ente de exceção à ordem comum – razão pela qual o procedimento seria tão estigmatizado a partir da Ilustração e da Revolução Francesa.

Em nosso caso, o privilégio tem raízes mais democráticas, porque foi objeto de discussões e livremente incorporado aos estatutos por decisão de assembléias que reiteraram aqueles compromissos fundamentais. Não descuramos de outros aspectos, mas damos àqueles o papel preeminente que merecem, na expectativa de que, assim, o fazendo, cumprimos melhor com as finalidades maiores do Instituto.

As relações com os Institutos estaduais, os municipais e as Academias nacionais de outros países é espaço privilegiado de nossa atuação porque o convívio institucional enriquece o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma vez que a interlocução e a troca de experiências permitem que aperfeiçoemos nosso desempenho e assim atinjamos melhor nossos objetivos. Se desde a Ilustração existe uma “república das letras” e se desde pelo menos o século seguinte existem comunidades científicas estruturadas e intercambiantes no mundo ocidental, essa atuação ainda mais se justifica no século XXI, com as facilidades tecnológicas que se nos apresentam. O fato não desprezível de todas essas instituições estarem acessíveis *on line*, ao alcance de um teclado, e com muitas delas podermos realizar encontros virtuais em tempo real, torna mais fáceis e também muito mais compulsórios os contatos entre nossas entidades. Por isso investimos e continuaremos a investir recursos nesses instrumentos, de modo que essa interação se amiúde e aprofunde. Quem sabe não poderemos, em futuro próximo, programar eventos intermediários de colóquios como esse por meios virtuais, anualmente por exemplo, mantendo o encontro presencial – indispensável, embora sempre mais oneroso, para a periodicidade trienal tradicional? Ou realizar encontros virtuais luso-brasileiros entre o IHGB e a Academia Portuguesa da História, por cima do Atlântico?

A convivência acadêmica entre os membros do Instituto é outro objetivo que vimos perseguindo com os melhores resultados, e que se projeta positivamente para o futuro. No *De formigas, aranhas e abelhas – reflexões sobre o IHGB*, publicado no ano passado, dizia sobre a questão:

Se o convívio tem, para os seres humanos, esta conaturalidade, o convívio acadêmico acrescenta-lhe alguns predicados que o viabilizam no âmbito de uma Academia. Mais que isso: ele é a própria seiva vital da instituição. Sem convívio acadêmico, ou este sendo precário, não há empatia, nem diálogo, nem troca; logo, não há acréscimo, nem enriquecimento: permanecemos iguais ao que éramos, quando a vida acadêmica nos motiva a sermos nós mesmos, mas no limite extremo – e aperfeiçoado – de nossas potencialidades.

O convívio acadêmico torna-se, assim, elemento importante do ambiente da instituição. Se é prazeroso e rico, ela será pujante, reconhecida e desejada. Se, ao contrário, for desgastante ou desinteressante, a instituição definhará e morrerá.

Esse convívio, que parte do pressuposto da identidade institucional, se faz entretanto de modo inteiramente livre, porque é paralelo a outros pressupostos, como o respeito à diversidade de pensamento e à admiração *goetheana* pela inteligência.

A perspectiva do convívio, que adotamos, talvez melhor expresse a idéia, no fim de contas tão natural, tão intrínseca à pluralidade da vida social, da “unidade na diversidade”: a instituição une personalidades diferentes, que mantém suas individualidades numa construção dinâmica permanentemente refeita, mas igualmente sempre equilibrada.

A produção e a divulgação de conhecimentos é outro objetivo que temos perseguido e se constitui em compromisso indeclinável e permanente. Produzir e divulgar conhecimentos é finalidade estatutária presente em todos os nossos textos básicos desde 1838. As expressões podem variar, ao sabor do gosto e das características de cada época: para referir-se ao que chamamos agora “produção de conhecimento”, nosso estatuto de 1838 dizia “metodizar”, expressão repetida nos estatutos de 1851 e 1890. No de 1906 falou-se em “investigar” e “estudar”, conceitos repetidos em todos os que se seguiram, até o atual, de 1996. Igualmente no que se refere à divulgação dos conhecimentos, os estatutos valorizaram a publicação da Revista e a realização de atividades de disseminação do conhecimento.

É, portanto, compromisso pétreo da Casa. Compromisso esse que atualmente encontra dificuldades, que temos de enfrentar com toda a pertinácia. Refiro-me tanto à produção quanto à divulgação dos conhecimentos. No primeiro caso, a produção de conhecimento no Instituto, mudou muito o panorama ao longo da história de nossa instituição. Até o aparecimento das Universidades, e mais particular-

mente dos cursos superiores de história, geografia e das demais ciências sociais, vale dizer, por cerca de um século, o IHGB foi sede de pesquisas institucionais ou lócus de atuação de pesquisadores individuais, que não possuíam outros fóruns ou vinculações institucionais. Basta lembrar o interesse sobre o estudo das culturas indígenas, nos primórdios do Instituto, estimulado a partir do próprio governo imperial, no primeiro aspecto. No segundo, o trabalho individual, quase solitário, de um Capistrano de Abreu. Como bem lembrou José Honório Rodrigues, ao fazer seu paralelo com o norte-americano Turner, o autor dos *Capítulos de História Colonial* pesquisou e produziu num país com fraca estrutura editorial e sem universidades, onde se reunisse a massa crítica do conhecimento. A correspondência de Capistrano, acrescento, mostra bem como a falta dessa interlocução institucional se compensava com os contatos pessoais – inclusive no Instituto, com Vieira Fazenda, Rio Branco ou Max Fleiuss, por exemplo – ou com a rede epistolar. De ambos os aspectos muitos outros exemplos poderiam ser lembrados.

O quadro se alterou profundamente com a criação dos cursos superiores dessas disciplinas, desde fins dos anos 1930 e sobretudo com a bem sucedida implantação dos programas de pós graduação a partir dos anos 1970. Atualmente, cerca de uma centena de programas de mestrado e doutorado em história, além daqueles de geografia, sociologia, ciência política, direito, economia e antropologia, atuam em áreas que são as do Instituto.

Não apenas isso: as investigações estão estruturadas em grupos de pesquisa disseminados por todo o país, o que é excelente para o Brasil e desafiador para o IHGB e instituições congêneres. A pergunta conseqüente é: qual o papel, nesse quadro, de uma instituição que tradicionalmente foi um centro de estudos e pesquisas? Deve organizar também seus grupos de pesquisa, buscando para isso apoio financeiro de entidades de fomento? Mas como realizar isso, se não possui recursos para manter um quadro básico de pesquisadores e, ainda que os tivesse, como compatibilizar a condição de pesquisador institucional com a de sócio da entidade? Lembremos que Vieira Fazenda, o historiador do Rio de Janeiro de que neste ano relançaremos a principal obra, foi bibliotecário e pesquisador do Instituto, e por isso mesmo jamais foi membro.

Situação semelhante é a de nossa Revista, a mais antiga do Brasil e das Américas em publicação contínua. Ela já foi a grande e também a única publicação científica do Brasil. Agora, entretanto, convive com mais de uma centena de publicações congêneres, em especial as

oriundas dos mesmos programas de pós graduação das universidades e entidades de pesquisa do Brasil. Isso também é muito bom para o país e também muito desafiador para o IHGB. A questão não está apenas em manter a qualidade das colaborações. À Revista não basta *ser* uma excelente publicação: ele também precisa *parecer* uma excelente publicação. Assim, precisa submeter-se a critérios técnico-científicos determinados por órgãos governamentais, a partir de padrões internacionais, para obter qualificação positiva, que lhe permita atrair bons colaboradores, porque estes por sua vez encontram-se subordinados a regras que os obrigam a publicar, e a publicar em periódicos com avaliação superior.

Como enfrentar esses desafios? Como criar um canal permanente de divulgação que contemple qualitativamente pelo menos uma suma confiável do que se produz na matéria em todo o país e no exterior e que também seja um local de publicação dos trabalhos dos seus membros? Estamos encaminhando respostas para todos esses desafios, e o processo encontra-se em pleno andamento. Apenas a título de exemplo, lembrarei a opção que fizemos recentemente para compatibilizar temática científica e institucional na Revista, ao definir que dos quatro números anuais três seriam dedicados ao primeiro aspecto e um – o último do ano – ao segundo.

A consolidação e expansão do acervo é outra área que compreensivelmente elegemos como prioritária. Desde a fundação o Instituto tem, também como determinação estatutária, coligir documentos referentes à formação brasileira. Coligir, é evidente, implica em organizar e disponibilizar à consulta do público. E a polissemia do conceito de documento, se hoje em dia possui rica discussão, já era percebida empiricamente pelos fundadores, pois que desde o princípio se preocuparam não apenas com o manuscrito ou o impresso – sentido restrito de documento – mas também com o livro e a peça museológica.

Nessa área igualmente estamos em pleno processo, em meio a diferentes estratégias de preservação e controle da informação, como a digitalização, a restauração, o inventário e a catalogação. Um exemplo sobre muitos é o entendimento com o Arquivo Nacional e o Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha para o acesso via internet a coleções de manuscritos de nosso Arquivo. Da mesma forma que nos aspectos anteriores, há dificuldades a superar, em termos de recursos materiais, pois, embora utilizemos recursos próprios em algumas ocasiões, eles são obviamente escassos face às necessidades. Dependemos, assim, da colaboração de outras

instituições e de organismos de fomento, em projetos que por sua vez dependem de um aparato técnico e logístico que ultrapassa os recursos individuais da Casa.

Por último, mas não menos importante, trata-se de nossa atuação no âmbito do patrimônio cultural. O Instituto teve no passado, antes da definição de uma política pública relativa ao patrimônio cultural do país, um papel pioneiro e relevante, que evidentemente cessou quando da criação do IPHAN na década de 1930 e das entidades estaduais e municipais de proteção. Atualmente a matéria está inclusive incorporada ao texto constitucional, contemplando explicitamente o patrimônio material e o imaterial, atestando a importância que felizmente se dá ao tema no Brasil. Isso entretanto não isenta ao IHGB de atuar no patrimônio, pela sua óbvia importância para todas as suas áreas de atuação. Temos tido e pretendemos continuar tendo dedicados cultores da temática do patrimônio como membros do Instituto. Ele próprio se encontra representado em conselhos dos órgãos oficiais de preservação patrimonial. Nosso papel principal nesta seara, agora, é o de discutir, analisar e propor políticas públicas para o setor, fornecendo subsídios para as ações do legislativo e do executivo, e eventualmente nos manifestarmos em alguma notória emergência.

Senhores presidentes e representantes dos Institutos estaduais, essa breve retrospectiva e prospectiva sobre a atuação do IHGB não pretendeu ser uma fotografia do que fizemos e uma planilha do que projetamos, mas um filme que surpreenda o processo em andamento, permanentemente em andamento, e no qual em consequência não existe a palavra “fim”.

